

“Grandes Famílias” e estruturação do espaço do poder em Sergipe: Grupos Familiares e Dinâmicas do Poder

H. W. Leandro¹ & D. W. S. dos Santos²

Laboratório de Estudos do Poder e da Política, Universidade Federal de Sergipe, 49100-000, São Cristóvão –SE, Brasil

hleandro89@hotmail.com

(Recebido em 31 de agosto de 2010; aceito em 20 de dezembro de 2010)

O presente trabalho propõe uma investigação detalhada das condições sociais, históricas e culturais de formação, manutenção e reprodução de alguns grupos familiares dominantes que compõem a elite política Sergipana. Especificamente, trata-se da análise das atividades de quatro “grandes famílias”, a saber, os Franco, os Garcez, os Maynard e os Rollemberg, nas diversas esferas sociais em que tais grupos ocupam posições de destaque, como na política, no alto empresariado, carreiras de magistratura e alta administração pública. Para o propósito da pesquisa, o uso de biografias e Memórias tornou-se um instrumento valioso, relatando as trajetórias e feitos dos membros mais ilustres dessas famílias, e possivelmente indicando as estratégias e recursos sociais mais acionados pelos grupos para êxito social e político.

Palavras-chaves: elite política, grandes famílias, herança política.

This work proposes a detailed investigation of the social, historical and cultural conditions of formation, maintenance and reproduction of some dominant family groups that make up the political elite Sergipana. Specifically, it analyzes the activities of four "great families", namely Franco, Garcez, Maynard and Rollemberg in several social spheres in which such groups occupy positions of prominence, as in politics, high business community, careers of magistracy and high government. For the purpose of this research, the use of biographies and memories becomes a valuable tool describing the trajectories and made of the most illustrious families members, and possibly indicating the strategies and resources social more driven by groups to social and political success.

Keywords: political elite, great families, political heritage.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa se caracteriza numa linha de estudo que aborda a composição de grupos dirigentes, ou elites, e sua estruturação dentro dos espaços do poder, investigando um conjunto de fatores que apontam para mecanismos de recrutamento e seleção, estratégias de reprodução social desses grupos, modos de vida e as modalidades de consagração social dos grupos sociais dominantes nas diversas esferas, tais como a política, a intelectual, a eclesiástica, a militar, a burocrático-administrativa, entre outras.

Na bibliografia brasileira voltada para os estudos sobre grupos dirigentes é observada uma forte presença de recursos e reproduções sociais giradas em torno do grupo familiar, baseando os mecanismos de constituição e manutenção nos diversos espaços sociais acima citados. Cabe então, às Ciências Sociais, capturar às lógicas e esquemas dessas modalidades baseadas nas relações parentais, e suas possíveis combinações com outros recursos adquiridos nas trajetórias sociais dos agentes.

O fenômeno “grandes famílias” tratado em obras voltadas ao estudo sobre elites dirigentes (CORADINI, 1997; GRILL, 2008; SAINT-MARTIN, 1980, 1992; 1985; SEIDL, 2002), busca se reproduzir nos postos dominantes nas esferas sociais ao longo de sucessivas gerações através de relações estratégicas entre recursos sociais acumulados, juntamente com as relações de reciprocidades, tais como parentesco, sendo utilizado de forma complementar, além estratégias matrimoniais.

¹Bolsista PIBIC/CNPq

²Bolsista PIBIC/COPEs

As relações genealógicas são consagradas e acionadas por grupos familiares, criando e perpetuando laços tradicionais nos diversos postos dirigentes, no caso da política, por meio de “heranças culturais ou políticas” ou “patrimônio material ou simbólico familiar” dos ascendentes. Nesses casos ligados ao patrimônio familiar, sua conservação e manutenção exigem uma mobilização contínua dos recursos de relações sociais, por meio de ocupações dos postos mais cobiçados (alto empresariado, cargos políticos dirigentes, alto oficialato militar, escalões decisórios eclesiásticos, etc.), dos casamentos melhores empreendidos e todos os privilégios reservados (MICELI, 2001).

O que está em pauta são as modalidades de reconversão de um tipo de recurso social baseado na relação com um ascendente familiar, ou melhor, numa relação ligada a uma família com um “nome” tradicional numa determinada região, que é bastante específico nos usos dos recursos sociais em disputas por posições de comando pelos protagonistas. No geral, essas estratégias de legitimação voltadas para utilização desse capital ligado ao nome da família apontam para uma concepção de política diferente das concepções democrática de “meritocracia”, “igualdade de chances”, “alternância do poder”, “circulação das elites”, etc. Observa-se uma concepção de política “conservadora”, “arcaica” que tende a perenidade das “grandes famílias” nas lideranças e a competições desiguais de recursos políticos entre os agentes, já salientado por Saint-Martin, em *A nobreza em França: a tradição como crença* (1992), cujo texto inicialmente traz uma indagação sobre como os descendentes de uma classe social, a nobreza, já legalmente extinta há mais de 200 anos, não sendo mais reconhecida oficialmente pelas instituições republicanas, que proclamam princípios igualitários, continuam a se reproduzir e a se manifestar dentro das esferas de poder na sociedade e criar uma distinção entre os grupos sociais?

O uso de biografias é um recurso bastante utilizado nos estudos sobre elites dirigentes, sendo na sua maioria produzidos por indivíduos que mantinham algum vínculo pessoal com o “sujeito” (ou sujeitos), sejam eles “amigos”, companheiros profissionais, “admiradores”, familiares e semelhantes, cuja “história de vida” é posta por escrito. Segundo Miceli (2001), as produções biográficas podem ser organizadas em dois grandes conjuntos. No primeiro conjunto, as obras biográficas produzidas por parentes próximos ou colaterais, ou herdeiros, indicam uma estratégia de cultivar e consagrar as possíveis contribuições políticas, econômicas, intelectuais, científicas, entre outros, dos biografados, convertendo em créditos resgatáveis os diversos capitais familiares disponíveis. No segundo conjunto, encontram-se obras que, a título de homenagem ou reconhecimento póstumo, reúnem depoimentos, discursos, escritos espalhados de ícones ilustres que buscavam enfatizar sua reputação, tanto na militância política, como administradores.

As produções de obras escritas por descendentes de linhagens “tradicionais” são bastante utilizadas como recurso por Monique de Saint-Martin (1982, 1980) em suas pesquisas sobre as elites remanescentes de famílias oriundas da antiga nobreza na França. Tais materiais sobre essas famílias contêm uma espécie de “reconstituição histórica” das mesmas, seja na forma de livros, genealogias, diários, entre tantas outras, que relatam desde os seus “fundadores”, chegando a incluir o próprio autor da biografia, além de eventos familiares, com o intuito de manifestar uma contínua existência dessas linhagens “celebradas”, e que o atual “chefe, e portador do nome”, e dos bens materiais e simbólicos herdados, tem o dever e a responsabilidade de perpetuá-los, mantê-los e honrá-los (SAINT-MARTIN, 1980).

Alguns resultados são visados nessa pesquisa, a saber, em primeiro lugar, a obtenção de um mapeamento acerca da constituição do espaço do poder em Sergipe ligado a formação e inserção dos quatro grupos familiares dominantes, anteriormente citados, no Estado. Nessa perspectiva, almeja-se um amplo trabalho de captura das dinâmicas de estruturação do poder em Sergipe, examinando as disputas em torno do poder travadas por antigos grupos familiares dominantes, não somente na política, mas também nas outras esferas sociais. Há ainda, a pretensão de evidenciar os tipos de recursos sociais, além dos recursos obtidos pela relação familiar, mais acionados pelos agentes e as estratégias de perpetuação nas esferas do poder. Há ainda, uma investigação detalhada da formação histórica e social de alguns grupos familiares dominantes no estado de Sergipe, bem como nos seus processos de reprodução e manutenção nas esferas sociais. Para tanto, se faz necessário levar em conta as posições sociais de destaque

nas quais esses grupos estão inseridos e as articulações dos mesmos ao longo das gerações, uma vez que se trata de grupos que não são unicamente especializados na política, possuindo, por sua vez, uma articulação com outros espaços sociais de origem. Dentre as famílias sergipanas tradicionais, destacaremos quatro grupos familiares com respaldo dentro dos grupos dominantes, a saber: os Maynard, os Franco, os Gracez e os Rollemberg.

2. METODOLOGIA

Para o propósito da pesquisa, o ponto de partida, em primeiro momento, foi a coleta e organização de compilações, memórias e biografias referentes a essas famílias e seus componentes, logo após a coleta, os materiais foram analisados segundo a linha de pesquisa aqui utilizada. Boa parte do material utilizado como fonte são dicionários biográficos de figuras ilustres em Sergipe, relatando seus feitos e trajetórias, além de dicionários sobre nomes de famílias que nos mostram suas possíveis origens, e as primeiras aparições na região sergipana, memórias e autobiografias publicadas em edições comemorativas em jornais, revistas, ou sites.

Encaminhamentos da pesquisa

A visita a acervos históricos públicos e em sites, em busca de informações disponíveis sobre os membros ilustres das “grandes famílias” e suas trajetórias, além da obtenção de informações avulsas de terceiros, configuram o encaminhamento da pesquisa. Dentro das obras literárias referentes às famílias, a fonte que mais apresentou informações sobre uma das famílias aqui pesquisadas foi o livro *Memórias de Dona Sinhá* (2005), uma edição e análise dos escritos autobiográficos de Aurélia Dias Rollemberg (1863-1952) pelo historiador e pesquisador Samuel Albuquerque³. No texto pode-se encontrar a “história de vida” da escritora do diário, relatando sobre seus acontecimentos, além dos eventos ocorridos em torna das famílias Dias Coelho e Mello, (família do Barão de Estância, seu pai) e Rollemberg (família do marido). Nele ainda foi possível obter alguns nomes e informações sobre a família Rollemberg e sobre os pais de Aurélia, Antônio Dias Coelho e Mello e Laureança de Almeida Dias Mello, além de informações importantes sobre as relações mantidas na política regional e imperial por seu pai.

Salienta-se de antemão, sobre algumas limitações encontradas no material disponível para o estudo das famílias, tais como escassez de dados mais gerais sobre o surgimento das famílias, “fundadores”, genealogias, dados mais recentes, além da confiabilidade dos dados encontrados, que foram constantemente contestados (sobretudo no site da internet) e também os constantes choques entre informações envolvendo nomes de membros, casamentos, local de nascimento e principalmente datas, caracterizando-se em obstáculos para um exame mais aprofundado. A exceção da família Rollemberg, sobre a qual foi possível obter diversas informações sobre esse grupo familiar, em geral, o que se encontra são referências bem genéricas em materiais espalhados e de natureza bastante diversificada. Com o intuito de contornar tais entraves, se não de forma parcial, foram utilizadas a maior variedade de materiais possíveis, a fim de tratar sobre os traços mais gerais das condições sócio-históricas, as quais as quatro linhagens estabeleceram sua reprodução nas esferas de poder.

As fontes de cunho biográfico pesquisadas auxiliaram nas análises dos itinerários dos indivíduos, nos séculos XIX e XX, permitindo capturar lógicas de atuação em diferentes esferas, uma vez que a apreciação sobre essas famílias se dará num nível de análise situada nos indivíduos, pois, a falta de materiais sócio-históricos sobre a família, enquanto um grupo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Grandes Famílias Sergipanas: um “viveiro” de políticos

Sem sombra de dúvidas, as quatro famílias aqui estudadas possuem um destaque no cenário político, tanto a nível regional, quanto à nacional, estabelecendo laços políticos com figuras

ilustres brasileiras como o Imperador D. Pedro II, na época do Império, pela família Dias Coelho e Mello, que possui um ramo nos Rollemberg, e com figuras da república, tais como o ex-presidente Getúlio Vargas, que já chegou a se hospedar na casa do Gel. Maynard, em Aracaju, em campanha presidencial, além da indicação de Leandro Maynard Maciel, na época governador do Estado de Sergipe, para vice-presidente da república na chapa de Jânio Quadros, mas sendo renunciado em favor de Milton Campos.

De acordo com as informações disponíveis sobre as famílias, estima-se que delas saíram aproximadamente 31 figuras importantes na esfera política, obviamente não se encontram nesse número aqueles “menos ilustres” ou que não foram possíveis de obter dados. Dentre esses 31 políticos, 19 conseguiram se projetar no cenário político nacional, seja na época do Império, seja na República, sendo 12 que ocuparam cargo no Senado, 6 ocuparam o cargo de Deputado Federal e apenas 1 não entrou em processo eletivo, sendo nomeado pelo então presidente João Goulart, Ministro do Supremo Tribunal Federal de Recursos (1963), a saber, Armando Leite Rollemberg, “contando com a indicação de colegas na câmara federal, entre eles Oliveira Brito” (SANTOS, 2002, p. 134). O restante dos 12 políticos, membros dos grupos familiares, que não se projetaram nacionalmente dividem-se em 4 prefeitos de municípios de Sergipe, 1 prefeito do município de Taquaritinga, em São Paulo, Joaquim Machado de Faro Rollemberg, 1 vice-presidente da ex-província de Sergipe, 1 governador de Sergipe, 1 secretário de Governo de Província, 2 vereadores e 2 Dep. Estaduais. Vale ressaltar que a divisão feita acima coloca, de um lado, os indivíduos que ocuparam cargos de “competência nacional”, como de Senador, Deputado Federal e Ministro, e de outro, aqueles que não ocuparam, sendo levado em conta o posto mais alto alcançado por cada um.

Dos quatro “grupos familiares”, aquele que mais forneceu agentes para a política Sergipana e Brasileira, de acordo com a disponibilidade dos dados obtidos, foi o “grupo” dos Rollemberg, contabilizando 11 figuras ilustres na política, ao passo que os Franco forneceram 9 membros, 7 dos Garcez e 4 dos Maynard. Pode-se apontar para uma maior expressão política dos Rollemberg e dos Franco, com relação ao número de Senadores pertencentes à essas linhagens:

Tabela 01 – Senadores

Nome	Nascimento	Cargo
Francisco Guimarães Rollemberg	1935	Senador (1987 a 1995)
Gonçalo de Faro Rollemberg	1860	Senador da república (1918-1926)
Heráclito Guimarães Rollemberg	1941	Senador (1985)
José Rollemberg Leite	1912	Senador (1965-1971)
Martinho Cezar da Silveira Garcez	1850	Senador (1900-1909)
Jorge Campos Maynard	1909	Senador (1957 a 1963)
Augusto Maynard Gomes	1880	Senador (1947-1951/1955-1957)
Leandro Maynard Maciel	1897	Senador (1947-1951/1955-1957)
Albano do Prado Pimentel Franco (VI)	1940	Senador (1983-1995)
Walter do Prado Franco	1908	Senador (1946-1955)
Luiz Antônio Pereira Franco	1826	Senador (1888-1889)
Augusto do Prado Franco	1912	Senador (1971-1979)

Fontes: Guaraná (1925); Santos (2002); Bittencourt (1913); Site do Senado Federal do Brasil.

Foi observado, com base nas informações coletadas, o aparecimento de duas gerações de Senadores nas famílias Rollemberg, Franco e Maynard. O senador José Rollemberg Leite, que foi eleito governador de Sergipe em 1947 e, através de nomeação do presidente Geisel, volta ao governo em 1975, teve como avô materno o ilustre Senador Gonçalo de Faro Rollemberg, este por sua vez, teve como avô materno o Barão de Japarutuba, figura prestigiosa no Império. Gonçalo Rollemberg, um destacado político Sergipano, ocupou o cargo de Senador na vacância com o término do mandato do Desembargador Guilherme de Souza Campos, eleito em 1900. Vale destacar que ele contraiu núpcias com Aurélia Dias Rollemberg, filha do Barão de

Estância (Antônio Dias Coelho e Mello), nomeado senador por carta imperial em 1885, e neta do Barão de Itaporanga (Domingos Dias Coelho e Mello). Nos Franco, o senador Albano do Prado Pimentel Franco (VI), que teve sua passagem como governador de Sergipe nos anos de 1995 a 2003, irmão do também senador Walter Franco. Albano Franco se elege como senador, no mesmo momento em que seu pai se elege novamente para deputado federal (1983). Por fim, nos Maynard, têm-se a figura do Senador Leandro Maynard Maciel, governou Sergipe em 1955, filho de um destacado político Sergipano, Leandro Ribeiro Siqueira Maciel, que ocupou um lugar no Senado deixado pelo Dr. Thomaz Rodrigues da Cruz. Anteriormente, o pai de Leandro Maciel entrou, em 1888, na lista tríplice para Senador, concorrendo com o Dr. José Luiz Coelho e Campos e o Barão da Estância, sendo este último escolhido pelo Imperador Pedro II (GUARANÁ, 1925).

No que tange a política Regional (Sergipana), observa-se uma presença mais destacada dos Rollemberg na época do Império, na presidência provincial de Sergipe, porém não tão acentuada em relação aos outros grupos. Na República, as aparições dessas famílias na administração do Estado (Governador) são bastante equilibradas.

Tabela 02 – Presidente de província e Governadores

Nome	Nascimento	Cargo
Gonçalo de Faro Rollemberg	1860	Vice-presidente do Estado (1894-1895)
José Rollemberg Leite	1912	Governador de Sergipe (1947-1951)
Arnaldo Rollemberg Garcez	1911	Governador de Sergipe (1951-1955)
José de Faro Rollemberg	1845	Vice-presidente da província (1885)
João de Andrade Garcez	1926	Governador de Sergipe (1970-1971)
Martinho Cezar da Silveira Garcez	1850	Presidente da Prov. Sergipe (1896-1898)
Augusto Maynard Gomes	1880	Governador de Sergipe (1930-1935/1942-1945)
Leandro Maynard Maciel	1897	Governador de Sergipe (1955-1960)
Albano do Prado Pimentel Franco	1940	Governador (1995-2003)
Luiz Antônio Pereira Franco	1826	Presidente Prov. Sergipe (1853)
Augusto do Prado Franco	1912	Governador de Sergipe (1979-1982)/

Fonte: Guaraná (1925); Santos (2002); Bittencourt (1913); Site do Senado Federal do Brasil.

O Matrimônio nas “Grandes Famílias”: estratégias de reprodução social e sobrevivência do “nome”

Das estratégias de reprodução social, tais como aquelas ligadas à educação e à economia, a mais acionada e celebrada por esses grupos familiares são aquelas relacionadas às alianças matrimoniais, contraídas com membros de outras linhagens importantes, servindo de “estratégia de amplo investimento social” (BOURDIEU, 1994 apud SEIDL, 2002, p. 8), e possibilitando na manutenção e ampliação dos recursos econômicos e simbólicos familiar. A contração matrimonial é capaz de unir descendentes de famílias “tradicionais” de proprietários de terra ou mesmo fortalecer aliados políticos, além de vincular matrimonialmente pessoas de uma mesma família, mantendo os recursos familiares dentro do círculo.

O duplo consórcio ocorrido entre membros das famílias Dias Coelho e Mello e Rollemberg permitiu um grande “empreendimento” econômico, político e social. O primeiro casamento, entre Amélia Dias e Mello [Rollemberg], filha do Barão de Estância, com José de Faro Rollemberg estabeleceu uma ligação entre duas famílias de Barões, de um lado a famílias Dias Coelho e Mello que possuía um duplo baronato, Cel. Domingos Dias Coelho e Mello (Barão de Itaporanga) e Antônio Dias Coelho e Mello (Barão de Estância), e de outro a família do Barão de Japarutuba, Gonçalo de Faro Rollemberg, avô do noivo. Além da ampliação das relações sociais e políticas pelos Rollemberg, há ainda o investimento econômico, como mostra Albuquerque (2003-2008), que antes da morte do Barão de Estância, este deixou uma vultosa herança patrimonial para sua filha primogênita, Amélia Dias Rollemberg, entre elas o Engenho Escurial, um dos maiores produtores açucareiros. O segundo consórcio foi entre Aurélia Dias

[Rollemberg], conhecida como D. Sinhá, e Gonçalo de Faro Rollemberg, caracterizando um “investimento” material e social importante, uma vez que, o noivo era médico e herdeiro do engenho Topo, destacada na produção de açúcar na Contiguiba, e herdeiro de ¼ dos bens do casal brasonado dos Dias Coelho e Mello, pais de D. Sinhá.

Há também o matrimônio entre um Garcez e uma Maynard, a saber, Lúgia Maynard Gomes e José Garcez Vieira. Genro do General e ex-governador de Sergipe Augusto Maynard Gomes, o qual teve um grande destaque na política, seja por meio das revoltas tenentistas, seja por sua forte ligação com o presidente Getúlio Vargas, José Garcez Vieira assume a prefeitura de Aracaju, graças à nomeação deste em 1940. Sabe-se que José Garcez foi representante da Ford em Sergipe, chegando a vender a mesma para a família Texeira. Após a passagem política na prefeitura, ele se dedica as atividades estancieiras na Fazenda São José, herdada de seu pai, voltando-se para a pecuária.

De acordo com o que foi ilustrado logo acima, pode-se analisar que as alianças matrimoniais entre grupos familiares “tradicionais” proporcionam aumentos na extensão das redes de relações disponíveis ao grupo, podendo essas relações, serem usufruídas para o “conhecimento e reconhecimento” de um determinado “nome de família”, ou condição de cônjuge de um determinado indivíduo, estreitamente ligado a reprodução de um “nome”, a sua “sobrevivência”, constituindo um recurso que poderá ser ativado ao longo dos itinerários políticos ou sociais dos portadores, sendo reconvertidos em êxito dentro de determinadas esferas sociais. As alianças matrimoniais servem tanto para dar “sobrevivência” ao sobrenome, como para acrescentar chances de aumento do capital simbólico familiar (SAINT-MARTIN, 1985).

De Barões e Coronéis: algumas particularidades dos fenômenos do Baronato e do Coronelismo nas Famílias

Pela falta (ou desconhecimento) de referências nas Ciências Sociais que tratem sobre a formação do baronato brasileiro, faz necessário aqui uma análise “embrionária” desse fenômeno oitocentista, já tocado por Albuquerque (2002), tendo como base o “fenômeno do coronelismo” Nordeste, analisado por Vilaça & Albuquerque (2003). Tal iniciativa se deu pela presença de algumas características semelhantes entre os Barões do açúcar do Império e os Coronéis do Agreste e Sertão Nordeste.

Na formação e estruturação de algumas famílias importantes no ambiente político brasileiro, sobretudo no período imperial, época na qual tais famílias se inserem nas disputas políticas regionais e nacionais, observa-se uma estreita relação entre elas e o surgimento de uma elite aristocrata nacional baseada no baronato, sendo essa elite cooptada por uma elite imperial por meio de concessão de títulos. Tal elite de barões, ao contrário da nobreza européia, era caracterizada pela meritocracia e não pela hereditariedade. Os escolhidos para “merecerem” os títulos nobiliárquicos eram, na sua grande parte, grandes proprietários de terras, sobretudo, de engenhos de açúcar, sendo estes as principais fontes das atividades econômicas. Além dos títulos não serem hereditários, eram concedidos a pessoas de idade avançada. O Barão de Itaporanga, por exemplo, recebeu o título aos 75 anos, no outro extremo, temos um prodígio da nobiliarquia sergipana, o Barão de Estância, contando 39 anos de idade, quando agraciado. No Brasil, especialmente no Nordeste, os títulos de nobreza eram afirmados por uma situação econômica, política ou intelectual privilegiada (Albuquerque, 2002).

Observa-se de início, alguns pontos convergentes com o coronelismo, entre eles, o que mais salta aos olhos é a propriedade da terra. Chamavam de “coronéis” os mais proeminentes proprietários de grandes lotes de terra, possuidores de expressiva liderança política, não necessariamente pertencentes a instituição militar. Da mesma forma que os títulos de Barões eram concedidos conforme critérios bastante subjetivos, totalmente diferentes da lógica européia, servindo como ponte entre a Corte e a política provincial, a concessão da qualidade de coronel no período Republicano conjugava a elite burocrática e governamental das capitais com as elites dos fazendeiros locais (VILAÇA & ALBUQUERQUE, 2003).

Entre as famílias estudadas, são quatros os titulados que ostentaram a condição de Barão, Gonçalo de Faro Rollemberg (Barão de Japarutuba), Luíz Antonio de Pereira Franco (Barão de

Pereira Franco), de origem desconhecida, sabe-se que foi presidente da província de Sergipe, e dois da família Dias Coelho e Mello, que apesar de não serem da família Rollemberg, pode-se considerar como pertencentes ao grupo familiar, sobretudo, o Barão de Estância, filho do Barão de Itaporanga. Dentre os Coronéis, pouco se obteve, mas sabe-se que Domingos Dias Coelho e Mello foi um coronel de Milícias em Itaporanga; na família Rollemberg, há o José de Faro Rollemberg, comandante superior da Guarda Nacional, destacado chefe popular no município de Maruim; nos Franco, o Coronel Albano do Prado Pimentel Franco (IV), de Laranjeiras.

Mesmo que não haja a denominação de “coronel”, o que está em jogo aqui é o “modo político coronelista” nas oligarquias familiares logo após o declínio do coronelismo no Nordeste a partir dos anos 60. Tal modo é pautado nas estratégias de sobrevivência do prestígio social e da “dominação” econômica local, sendo visada também a influência junto às capitais. A estrutura econômica, antes pautada na propriedade de terra, no cultivo do açúcar e da pecuária, passa a se diversificar, o senhor de terra se torna comerciante, empreendedor e industrial. Mas não somente se diversifica economicamente, sua influência social passa a contar com o apoio da radiodifusão (idem, 2003).

O caso da família Franco se assemelha com o que foi supracitado, projetando-se na política Sergipana com maior força a partir das décadas de 50 e 60 do século XX, com Augusto do Prado Franco. Nascido em Laranjeiras no ano de 1912, filho do Coronel Albano do Prado Pimentel Franco, além de destacado político sergipano, foi também um empreendedor pioneiro, como mostra Santos (2002), construindo um complexo empresarial por volta dos anos 50, marcado pelo processo de modernização econômica. Nesse momento, as usinas tradicionais de açúcar entram em decadência e as indústrias têxteis, que tinha florescido tempos atrás, também entram em colapso por falta de competitividade. A reviravolta se dá com transformação da Usina Pinheiro, vindo a ser uma das mais modernas do país, e a aquisição de uma velha fábrica de tecidos, Sergipe Industrial, colocando-a, em pouco tempo, uma das fabrica têxtil de primeira linha. Após o empreendedorismo industrial, Augusto franco passa para a área de comunicação, fazendo surgir a Atalaia AM, a Rádio Cidade de Simão Dias, a TV Atalaia e Atalaia FM, e por fim o Jornal da Cidade, a TV Sergipe e FM Sergipe. Posteriormente, os investimentos se voltam para a indústria, criando a Sergipe Nortista, uma moderna unidade têxtil, chegando a fazer empreendimentos no Estado de Pernambuco, com a criação da Refrescos Guararapes, fabricante da Coca-Cola.

Ao alargar as influências econômicas nas capitais, e utilizando-se da “maquina comunicativa”, essa linhagem faz ecoar pelos jornais e pelas reuniões e clubes empresariais, o nome de sua estirpe. Outra forma dessa família, e das outras, ecoarem seus nomes, agora na esfera política, é a abdicação do poder político dos seus chefes em favor dos seus filhos bacharéis ou letrados, possuidores de uma maior receptividade, onde eles considerados “prodígios”, lançavam-se na política eleitoral, sendo vitoriosos campanhas, devido basicamente a força de seu clã e da capacidade de obter uma vasta rede de relações que teria, principalmente com outros membros da oligarquia local. Para encerrar essa parte do trabalho voltada para os resultados e as discussões, é importante relatar, sucintamente, sobre a importância dada a alguns títulos superiores, pelos indivíduos pertencentes aos clãs (Rollemberg, Maynard, Garcez e Franco).

No Brasil, ao contrário que ocorreu na Europa, durante os séculos XIX e XX, a elite aristocrata, constantemente preocupada em legitimar sua elevada posição social, já evidenciada pela posse de terras, engenhos e indústrias, vê a obtenção de títulos de bacharel em Direito, um importante meio de destaque social e de acesso a postos políticos (SEIDL, 2005). Tanto a aquisição do título de bacharel em Direito, quanto o de Médico, pelos membros dos clãs pesquisados, se deu nos centros intelectuais brasileiros no século XIX: Faculdade de Direito do Recife e Faculdade Livre de Direito do Rio Janeiro, criado no mesmo ano que a Faculdade de Medicina da Bahia, em 1808, e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Já no século XX, a titulação em Direito continua predominante nos membros das estirpes, sendo esse título conseguido junto as Faculdades de Direito de Sergipe e Faculdade de Direito de Minas Gerais, todavia é observado um crescimento da titulação de Engenheiro Civil.

As Grandes Famílias sergipanas

Família Franco

O primeiro relato de um membro da família Franco em terras Sergipanas, comprovado em documentos antigos, segundo o historiador Ricardo Teles Araújo em sua obra *Famílias Sergipanas no período colonial (2002)*, foi João Gonçalves Franco, que de acordo com o que foi constatado na *Relação do rendimento do açúcar que fizeram os engenhos no ano de 1754 para 1755*, de José Antônio Caldas, possuía o engenho Serra Negra, em 1788, no “Partido de Garajau”, local onde havia um importante porto onde o açúcar produzido em Santo Amaro das Brotas era embarcado. Todavia, não se têm dados como data de nascimento e naturalidade, apenas especula-se que outro João Gonçalves Franco (II), nascido por volta de 1760, filho de Manuel Ferreira da Cruz, o qual era o primeiro dono do engenho acima citado, e que acabou vendendo para o primeiro João Gonçalves, era neto deste primeiro.

De acordo com a genealogia obtida, a família Franco possui alguns ramos distantes com os Maciel e os Sá, de onde saiu o fidalgo português Mem de Sá, e principalmente com os Prado Pimentel. Na verdade, a família Franco se une de tal maneira com essa última família, que seria mais conveniente chamá-la de família Prado Pimentel Franco. O mais antigo morador da província de Sergipe da estirpe Prado Pimentel, atestado em fontes históricas, foram Albano do Prado Pimentel e seu irmão, Sargento-mor Antônio Coelho do Prado. Albano do Prado Pimentel, filho de Joana Pimentel, nasceu em 1686 em Itabaiana, dono do Engenho Santa Rosa. O Sargento-mor Antônio Coelho do Prado morava em São Cristóvão e vivia de suas lavouras, nascido em 1688. Os Franco e os Prado Pimentel se “fundem”, inicialmente em 1832, com o casamento entre Albano do Prado Pimentel (III) com Quitéria Feliciano de Menezes, filha de João Gonçalves Franco, sendo este neto de outro de mesmo nome, o primeiro Franco em Sergipe. Desse consórcio nasceu João Gonçalves Franco (III).

Em geral, os Francos estão ligados, primeiramente, aos engenhos de cana-de-açúcar, sendo donos também do Engenho “Palmeiras” em Laranjeiras, além dos Engenhos “Camaçari” e “Pinheiro” dos Pimentel Franco, sendo estes remontados ao século XIX. Na metade do século XX, a família Franco passa a ocupar altos postos dentro da política, possibilitando numa diversidade de recursos sociais, além dos originários das atividades ligada a cana-de-açúcar. Uma das figuras de maior destaque na política local foi Augusto do Prado Franco, filho do segundo matrimônio de Albano do Prado Pimentel Franco, formado em Medicina 1937 pela Faculdade de Medicina da Bahia. Atuou nas atividades empresarias, ocupando vários postos dirigente como vice-presidente do Banco de Administração na Bahia; Diretor da Fábrica São Gonçalo, em São Cristóvão e de diversas empresas de Sergipe. No espaço político foi deputado federal, senador e governador do Estado. Tem como um dos filhos o ex-governador de Sergipe e empresário sergipano, Albano Franco. A família Franco esteve envolvida nas atividades açucareiras, têxteis, empresariais, da comunicação e políticas.

Tabela 03 – Políticos Franco

Nome	Nasciment.	Cargo	Formação/Ocupação
Albano do Prado Pimentel Franco (V) Júnior	1880	Dep. Estadual (1912-1913)	Medicina
Albano do Prado Pimentel Franco (VI)	1940	Dep. Estadual (1967-1971)/Dep. Federal (2007-2011)/Governador (1995-2003)/Senador (1983-1995)	Bacharel Direito/ Empresário
Antônio Carlos Franco	1952	Dep. Estadual (1998)/Dep. Federal (1986)/Prefeito de Laranjeiras	Diretor da Usina São José do Pinheiro
Walter do Prado Franco	1908	Dep. Federal (1955-1957)/Senador (1946-1955)	Comerciante/ Banqueiro/ Industrial Pecuarista
Manoel do Prado	-	Prefeito de Laranjeiras	-

Franco		(2 vezes)	
Fernando Franco	1939	Dep. Estadual (1962)/(1966)/	Desembargador/ Sócio da Usina Pinheiro/ Pecuarista
Luiz Antônio Pereira Franco	1826	Presidente Prov. Sergipe (1853)/Dep. Provincial/ Deputado Geral/ Senador (1888-1889)	Barão de Pereira Franco, Magistrado, Ministro da Marinha/ da Guerra/ STF
Maria da Conceição Franco	-	Vereadora Laranjeiras	-
Augusto do Prado Franco	1912	Dep. Federal (1967-1971)(1983)/Senador (1971-1979)/Governador de Sergipe (1979-1982)/	Medicina/Empresário-Açúcar, Tecidos e Comunicações

Fonte: Guaraná (1925); Santos (2002); Bittencourt (1913); Site do Senado Federal do Brasil.

Família Garcez

Não há informações precisas e confiáveis sobre o surgimento da família Garcez no Brasil, entre as famílias mais antigas, registra-se a de Bento Garcez no Rio de Janeiro, por volta do séc. XVI. Há ainda a aparição de famílias com o nome Garcez em São Paulo, no mesmo período, e também em Goiás, Bahia e Rio Grande do Sul. Em Sergipe, obteve-se o registro do Dr. Martinho de Freitas Garcez, no Dicionário de Armindo Guaraná (1925), nascido em 1810 no engenho Comandaroba, em Laranjeiras, então pertencente à freguesia do Socorro. Diplomado em Direito 1889, pela Academia de Direito de Olinda-PE que exerceu os cargos de secretário do governo da província, procurador fiscal da Tesouraria Geral, promotor público da comarca de Laranjeiras, juiz municipal suplente e deputado provincial nas legislaturas. Outro registro é de Martinho Cezar da Silveira Garcez, também bacharel em Direito pela Academia de Direito de Olinda, filho do Desembargador Manoel de Freitas César Garcez, nasceu no engenho Comendaroba, município de Laranjeiras, em 1850, deputado provincial de Sergipe na presidente do Estado e senador federal de 1900 a 1908.

No século XX, os Garcez continuam a se envolver na política, sendo destacado Arnaldo Rollemberg Garcez, que na verdade seu nome era Arnaldo Barreto Garcez, mas como sua mãe foi criada por Adolfo Rollemberg, devido à morte precoce de seus avós, acabou adotando o nome Rollemberg. Esse fenômeno de adoção de um nome de família ilustra que esta para além da consaguinidade, do biológico. A família é vista então como um grupo de adesão. Nascido em Itaporanga no ano de 1911, filho de João Sobral Garcez e Alzira Barreto Garcez, iniciou sua vida política ainda muito cedo por influência do seu tio e futuro sogro Sílvio Garcez, chefe político de Itaporanga. Em 1932, tornou-se deputado estadual na primeira Assembléia Constituinte do Estado de Sergipe, e de 1951 a 1954 foi governador de Sergipe. (SANTOS, 2002). Infelizmente a pouca disposição de materiais sobre os Garcez, impossibilitou na sua análise em relação às esferas de atuação, além da política.

Tabela 04 – Políticos Garcez

Nome	Nasciment.	Cargos	Formação/Ocupação
José Sobral Garcez Filho	-	Prefeito de Itaporanga (1955-1958)	-
Arnaldo Rollemberg Garcez	1911	Dep. Estadual (1932)/Dep. Federal (1958-1962)-3vezes/ Prefeito de Itaporanga (1983-1987/1993-1997)/ Governador de Sergipe (1951-1955)	Fazendeiro
João de Andrade Garcez	1926	Governador de Sergipe (1970-1971)	Odontologia
Martinho Cezar da Silveira Garcez	1850	Presidente da Prov. Sergipe (1896-1898)/ Senador (1900-1909)/Dep. Provincial (1874-1875)	Bacharel Direito/Promotor/Juiz Municipal
Martinho de Freitas Garcez	1810	Secretário de Governo Província (1843)	Bacharel Direito/Promotor Público Laranjeiras (1856-1858)/Juiz Municipal
José Sobral Garcez	-	Vereador de Itaporanga (2001)	-
José Garcez Vieira	-	Prefeito de Aracaju (1942-1945)	-

Fonte: Guaraná (1925); Santos (2002); Bittencourt (1913); Site do Senado Federal do Brasil.

Família Maynard

Estima-se que seja uma família de origem inglesa. Existe em Sergipe uma família com o mesmo nome, que faz parte o Desembargador Dr. João Maynard, nascido no engenho “Saco” município do Rosário do Catete, em 1878. Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade Livre do Rio de Janeiro, foi Juiz Municipal de Itabaianinha, sede da então comarca do Rio Real e Juiz de Direito da Comarca de Japarutuba, até 1908 (GUARANÁ, 1925).

Em Sergipe, essa família tem origem no município de Itaporanga, mas possui grande influência política em Rosário do Catete, a qual já teve como prefeito desse município, Manoel da Silva Maynard. A entrada da família na política se dá em meados da década de 30 a 60. Duas visitas importantes nesse clã merecem destaque, a primeira foi a do ilustre D. Pedro II na casa dos Maynard em Maruim, em uma comitiva organizada pelo Cel. Gonçalo Rollemberg. A segunda visita foi do presidente Getulio Vargas na residência do Senador Gel. Augusto Maynard em Aracaju, no ano de 1950.

Outra figura importante da família Maynard foi o oficial do exército Augusto Maynard Gomes, nascido em 1886 no engenho Campo Redondo, no município de Rosário do Catete (SE), propriedade do seu pai, Manuel Gomes da Cunha. Sua trajetória é marcada pela vida militar e o “Tenentismo”, saindo, ainda jovem, de Aracaju para estudar na Escola Militar no Rio Grande do Sul. Passou seis anos preso no 28º BC e no Rio de Janeiro, devido a suas idéias oriundas do tenentismo, na qual era contrário às praticas políticas sergipanas daquela época. Participou da revolução de 1930, no levante de Minas Gerais, após a concessão de liberdade condicional. De 1930 a 1935 tornou-se interventor do Estado de Sergipe.

Tabela 05 – Políticos Maynard

Nome	Nascimento	Cargo	Formação/Ocupação
Manoel da Silva Maynard	-	Prefeito de Rosário do Catete	-
Jorge Campos Maynard	1909	Prefeito de Aracaju (1952-1955)/Senador (1957 a 1963)	Engenheiro Civil
Augusto Maynard Gomes	1880	Governador de Sergipe (1930-1935/1942-1945)/Senador (1947-1951/1955-1957)	General do Exército/Dono de Engenho
Leandro Maynard Maciel	1897	Deputado Federal (1930-1930/1933-1935/1946-1951) Governador de Sergipe (1955-1960)/Senador (1967-1975)	Engenharia Civil/Proprietário de Terra

Fonte: Guaraná (1925); Santos (2002); Bittencourt (1913); Site do Senado Federal do Brasil.

Família Rollemberg

Conforme o texto *Famílias Sergipanas do período colonial* (2002) do historiador Ricardo Teles Araújo, as grandes famílias sergipanas do período colonial, provêm quase exclusivamente de Portugal e suas colônias, diferentemente do que ocorreu no sul do país, local onde se pode observar um elevado número de imigrantes de origem germânica e italiana. É somente após a proclamação da independência do Brasil que o número de famílias imigrantes não-portuguesas aumenta em Sergipe.

Especulando-se sobre a origem dos Rollemberg, sabe-se *a priori* que tal estirpe, provavelmente, tenha origem germânica, devido ao seu nome próprio de tal região. O mais antigo registro de um Rollemberg em terras Sergipanas é de Manuel Rollemberg, nascido em 1713. Há outro registro desse Rollemberg, já com 37 anos, em 1750, na qual alega morar no engenho São Francisco, nos arredores de Santo Amaro. Além desse engenho, há ainda uma posse do engenho no partido de Garajau, porto no qual escoava o açúcar produzido em Santo Amaro das Brotas, bem como uma possível compra em 1774, do engenho de Nossa Senhora de Nazaré, chamado Catete. Manuel Rollemberg era casado com Clara Maria de Lima, deixando

filhos: Clara Maria de Almeida, José de Barros Pimentel, Gonçalo Paes de Azevedo, Francisco Xavier de Almeida, Alexandre Ribeiro Pena e João Paes Rollemberg. Dentre os Rollemberg podemos destacar o Barão de Japarutuba, Gonçalo (Accioly) de Faro Rollemberg (1819-1879), dono de engenho “Murta”, em Capela, antigo engenho da família, e produtor de cana-de-açúcar (Barata & Bueno, s.d). Outro Rollemberg ilustre foi o Senador Gonçalo de Faro Rollemberg, filho de Manuel Rollemberg de Menezes e Maria de Faro Rollemberg, e neto por parte de mãe do Barão de Japarutuba. Nascido em 1860, no engenho Maria Telles, em Maroim (SE). Há nos Rollemberg, relações com a família Botto: Anna Dias irmã do Barão de Estância casa-se com o Comendador Gaspar Almeida Botto, que por sua vez casa sua filha Anna Luiza com o filho do Barão, Pedro Dantas. Com os Barros Pimentel, família de Médicos da Bahia, e com os Leite, também ligados a medicina.

As propriedades tradicionais da família Rollemberg, em Sergipe no século XIX, foram o os engenhos São Joaquim, Pedras e Vitória, todos no Vale Contiguiba; o engenho Tôpo, uma das melhores de Sergipe, no vale Japarutuba. As raízes rurais dos Rollemberg são remontadas desde os fins do século XVI (ROLLEMBERG DANTAS, 1960). Há na família o investimento na indústria açucareira por Antônio Dias Rollemberg, filho do Senador Gonçalo Rollemberg, além de ter sido presidente do banco Mercantil de Sergipe, no qual sua mãe, D. Sinhá, deixou muito dinheiro em conta. Participou também do “Correio de Aracaju” e no “O Estado de Sergipe”.

Tabela 06 – Políticos Rollemberg

Nome	Nascimento	Cargos	Formação/Ocupação
Joaquim Machado de Faro Rollemberg	1866	Vereador/ Prefeito Taquaritinga-SP (1907-1912)	Eng. Agrônomo
José de Faro Rollemberg	1845	Dep. Provincial/ Vice-presidente da província (1885)	Coronel/Comandante Superior da Guarda Nacional
Armando Leite Rollemberg	1921	Dep. Estadual (1947-1950)/(1951-1954)/Dep. Federal (1955-1958)/(1959-1962)/(1963-1967)/ Ministro do Supremo Tribunal Federal de Recursos (1963)	Bacharel em Direito
Gonçalo de Faro Rollemberg	1860	Dep. Provincial (1884)/Vice-presidente do Estado (1894-1895)/Senador da república (1918-1926)	Médico/proprietário de engenho
Antônio Dias Rollemberg	1889	Dep. Federal (1915)	Bacharel em Direito
Luís Dias Rollemberg	1901	Dep. Federal (1927)	
Heráclito Guimarães Rollemberg	1941	Dep. Estadual (1967 a 1979)/ Prefeito de Aracaju (1979-1985)/Senador 1985	Bacharel em Direito/Conselheiro TC-SE
José Rollemberg Leite	1912	Governador de Sergipe (1947-1951)/(1975-1979)/Senador (1965-1971)	Engenheiro de Minas e Civil/ Fazendeiro
José Machado Rollemberg Mendonça	-	Dep. Federal/Secretário do Estado	Engenheiro Civil
Carlos Waldemar Accioli Rollemberg	1914	Dep. Federal (1946)/	

Fonte: Guaraná (1925); Santos (2002); Bittencourt (1913); Site do Senado Federal do Brasil.

4. CONCLUSÃO

A análise empreendida nesse estudo preocupou-se em analisar o conjunto de recursos sociais detidos pelos membros dos clãs abordados, por meio da análise de suas trajetórias políticas e sociais, e ao mesmo tempo, observou-se uma tentativa de apreender as estratégias de investimento, consagração, acúmulo, transmissão e reconversão desses recursos ao longo de casamentos “bem-sucedidos”, carreiras políticas êxitosas, prestígio social pelo “nome”, etc. Outra preocupação na pesquisa foi o cuidado ao “manusear” as biografias e os demais dados, afim de que não caísse num simples relato histórico de eventos ocorridos com os integrantes das estirpes. Vale a pena frisar novamente, que as biografias foram utilizadas como instrumento de análise, por isso que não foi destacado datas, momentos históricos, ou questões macro-

estruturais. Em suma, o fenômeno da reprodução das “grandes famílias” nas esferas do poder sobrevive e se perpetua desde os séculos XVIII e XIX, momento em que a estrutura política nacional se consolida, até mesmo logo após o advento da República, contrariando os modelos importados de “democracia” e igualdade de inserção dos agentes políticos nessa esfera. Nessas famílias é comum a prática de consagrar e invocar os “feitos” dos seus antepassados, utilizando-se disse como recurso, revelando uma espécie de “vocação” ou “condição natural” para a política.

Foram ainda analisados, os recursos de consagração social pautados nas estratégias matrimoniais, nas quais essas famílias formavam alianças com membros de outras linhagens “tradicionais”, ligadas a propriedade de terra, alto empresariado, e outros, ou até mesmo dentro da própria família (endogamia) servindo para ampliar os recursos econômicos e simbólicos da família. Em suma, a atuação na esfera política sergipana, pelas quatro famílias, não se apresenta isolada, percebe-se uma rede de atuações com o ramo industrial, empresarial e da comunicação, além das relações por meio de cooptações entre o cenário político local e nacional.

1. ANDRADE, Adailton. A Saga de um revolucionário: Augusto Maynard Gomes. Disponível em: <www.sokarinhos.com/HISTORIA/histbr-aracaju/maynard_fotos.htm>. Acesso em Junho de 2010.
2. _____. SÉRIE ROSARENSES ILUSTRES Nº8. Augusto Maynard Gomes: da caserna ao palácio (2009). Disponível em: <<http://fontesdahistoriadessero.blogspot.com/2009/08/augustomaynard-gomes.html>>. Acesso em Junho de 2010.
3. ALBUQUERQUE, Samuel B. de Medeiros. Aspectos do Baronato Sergipano, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n.33, 2000-2002.
4. _____. Antônio Dias Coelho e Mello, o Barão de Estância, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n. 34, 2003-2008.
5. ARAÚJO, Ricardo Teles de. Famílias Sergipanas no período colonial III, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n.36, 2007.
6. _____. Famílias Sergipanas no período colonial, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n.33, 2000-2002.
7. ARAÚJO, Ricardo Teles. Sergipanos dos Séculos XVII e XVIII nos arquivos portugueses, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n.32, 1993-1999.
8. BARATA, Carlos Eduardo de Almeida; BUENO, Antonio Henrique da Cunha. Dicionário das famílias brasileiras. São Paulo: Ibero America, s.d.. 2v.
9. BARRETO, Luiz Antônio. Arnaldo Rollemberg Garcez, um político de muitos mandatos(2006). Disponível em: <www.itaporangadajudaparatos.blogspot.com>. Postado por Édesio Garcez Sobral Júnior. Acesso em: julho de 2010.
10. _____. Os 100 anos de Gonçalo Rollemberg Leite (2006). Disponível em: <http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=44237&titulo=Luis_Antonio_Barreto>. Acesso em: Março de 2010.
11. BITTENCOURT, Liberato. Sergipanos Ilustres. Rio de Janeiro, Tip. Pap. e Liv. Pereira, 1913.
12. BOURDIEU, P. & SAINT MARTIN, M. “La sainte famille: l’épiscopat français dans le champ du pouvoir”, in: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nov. 1987.
13. CORADINI, O. L. *Elites e grupos dirigentes no RS: estudos recentes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
14. _____. *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
15. _____. Grandes famílias e elite “profissional” na Medicina no Brasil, in: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, III (3), 1997.
16. GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. *Diccionario Bio-bibliographico Sergipano*. Rio de Janeiro: s.n., 1925.
17. GRILL, I. G. “Família”, Direito e Política no Rio Grande do Sul: os usos do parentesco e dos títulos escolares no exercício do *métier*. Tomo (UFS), v. 10, p. 85-111, 2007.
18. _____. “Heranças políticas” no Rio Grande do Sul. São Luís: Edufma, 2008a.
19. _____. et al. *Elites, profissionais e lideranças políticas (RS e MA)*. São Luís: Edufma, 2008.
20. Maciel de Sá, Sá e Menezes (Bahia), Prado Pimentel Franco: Albano Franco. Genealogia dos Franco. Disponível em: <www.buratto.net/doria/Sa_2.pdf>. Acesso em Janeiro de 2010.

21. MENDONÇA, Jouberto Uchôa de; SILVA, Maria Lúcia Marques Cruz e. **Sergipe panorâmico:** [geográfico, político, histórico, econômico, cultural e social]. [2. ed.]. Aracaju, SE: UNIT, 2009.
22. MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
23. _____. Biografia e cooptação (O estado atual das fontes para a história social e política das elites no Brasil). In: *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
24. NUNES, Maria Thétis. Dr. José Rollemberg Leite, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n. 32, 199-1999.
25. PRADO, Giliard da Silva. Uma visita a Dona Sinhá, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n.36, 2007.
26. RIBEIRO, J. Freire. Senador Gonçalo de Faro Rollemberg, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, V. XIX, n. 24, 1960.
27. ROLLEMBERG DANTAS, Luiz Carlos. Um perfil de Gonçalo de Faro Rollemberg, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, V. XIX, n. 24, 1960.
28. SAINT MARTIN, Monique de. A nobreza em França: a tradição como crença. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20 (7), out., 1992, p. 148-161
29. _____. Les stratégies matrimoniales dans l'aristocratie. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Vol. 59, septembre 1985.
30. _____. *L'espace de la noblesse*. Paris: Métaillié, 1993.
31. _____. Reversões e reestruturação das elites: o caso da aristocracia em França, in: *Análise Social*, vol. XXX, n. 134, 1995.
32. _____. "Une grande famille", in: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 31, 1980.
33. SANTOS, Osmário. Memórias de Políticos de Sergipe no século XX. Organização de Afonso Nascimento. Aracaju: Gráfica JAndrade, 2002.
34. SEIDL, E. A construção de uma ordem: o exército brasileiro o nascimento da "meritocracia" (1850-1930), in: *Ciências & Letras*, n. 37, 2005.
35. _____. A espada como "vocação: as "grandes famílias" e o Exército no Rio Grande do Sul (1850-1930), in: *Teoria & Sociedade*, n. 9, 2002.
36. _____. Elites militares, trajetórias e redefinições político-institucionais (1850-1930), in: *Revista de Sociologia e Política*, Vol. 16, n. 30, 2008a.
37. _____. Entrando no mundo da Igreja: o estudo de elites eclesiásticas. In: CORADINI, O. L. (org.). *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre: UFRGS, 2008b.
38. VILAÇA & ALBUQUERQUE. Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.